

anais de
história de
além-mar

XIII

ANO 2012

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM

ÍNDICE

Nota de Abertura , por João Paulo Oliveira e Costa	5
---	---

THE CODEX CASANATENSE 1889: OPEN QUESTIONS AND NEW PERSPECTIVES

INTRODUCTION, Ernst van den Boogaart.....	9
IDENTIFYING THE ARTIST OF <i>CODEX CASANATENSE</i> 1889, J. P. Losty	13
INFORMATION NETWORKS IN THE <i>ESTADO DA ÍNDIA</i> , A CASE STUDY: WAS GARCIA DE ORTA THE ORGANIZER OF THE <i>CODEX CASANATENSE</i> 1889?, Rui Manuel Loureiro.....	41
CIVILITY AND SIN: THE SURVEY OF THE PEOPLES, POLITIES AND RELIGIONS OF PORTUGUESE ASIA IN THE <i>CODEX CASANATENSE</i> , Ernst van den Boogaart.....	73
DA REPRESENTAÇÃO DO «OUTRO» NO <i>CÓDICE CASANATENSE</i> , OU COMO AS REPRESENTAÇÕES VISUAIS SE ALIAM A UMA CRONÍSTICA DA EXPANSÃO, Ana Paula Avelar	113
DE L'ILLUSTRATION À L'IDENTIFICATION: QUELQUES REMARQUES AU SUJET DE LA REPRÉSENTATION DES POPULATIONS TURCO- IRANIENNES DANS LE <i>CODEX CASANATENSE</i> 1889, Vasco Resende	133
“COBRAS DA ÍNDIA DE DUAS CABEÇAS NÃO FAZEM MAL”. <i>CODEX CASANATENSE</i> 1889, Fl. 91, Peter Mason.....	153
O PINTOR SIMÃO RODRIGUES E A POSSE DO <i>CODEX CASANATENSE</i> EM 1628: FORTUNA, ATRIBULAÇÕES E INFLUÊNCIAS ARTÍSTICAS, Vítor Serrão.....	169
Casanatense Images	199

ARTIGOS

DA CAÇA DE MONDRAGÓN À GUARDA DO ESTREITO DE GIBRALTAR (1508-1513): OS GUARDIÕES DA MEMÓRIA DE DUARTE PACHECO PEREIRA E A ECONOMIA DA MERCÊ NOS SÉCULOS XVI-XVII, Andreia Martins de Carvalho e Pedro Pinto.....	221
MAPAS PARA UNA GUERRA. LA <i>DESCRIPCIÓN DE LAS COSTAS DE PORTUGAL</i> DEL ALMIRANTE DON ANTÓNIO DA CUNHA E ANDRADA (1641-1661), Rafael Valladares y Antonio Sánchez Martínez	333
IN PRAISE OF THE PORTUGUESE: IMAGES OF POWER AND RELIGION IN SEVENTEENTH-CENTURY CEILÃO, Stephen C. Berkwitz	433
AS DISSENSÕES SOBRE O DOMÍNIO DA NAVEGAÇÃO NO RIO DE MAIM NO CONTEXTO DO RELACIONAMENTO LUSO-BRITÂNICO EM BOMBAIM (1716-1722), Pedro Nobre.....	455
Recensões	487
Notícias	529
Resumos / Abstracts	549
Procedimentos Editoriais / Editorial Process	561
Normas para elaboração e apresentação de textos / Guidelines for the Preparation and Submission of Manuscripts	565

vê-lo numa certa predisposição, a aceitar a subjetividade característica do género, que é o que lhe confere o carácter pioneiro e o interesse. Obriga-o, sobretudo, a ver nele não uma história sistematicamente contada, como num manual escolar, mas antes uma reflexão sobre uma certa faceta da realidade histórica, que conscientemente assume, desde a partida, as suas limitações estruturais.

Não é demais repetir que o *império* não é senão uma das três vertentes da presença portuguesa no Oriente, de que as outras duas, divergentes no espaço geográfico em que se desenrolam, nas causas e na cronologia, nos métodos e nas consequências, são a diáspora informal de aventureiros, mercenários e mercadores privados, e a explosão missionária desencadeada pela chegada dos primeiros jesuítas em 1542.

Há, pois, que ler este livro como aquilo que é: como um ensaio sobre a primeira vertente, que apenas de passagem aflora as outras duas. É como tal que ele assume todo o seu interesse.

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ

(Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos de História Religiosa)

Bernardino de ESCALANTE, Juan GONZÁLEZ DE MENDOZA y Fernán Méndez PINTO, *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*, edición dirigida por María José Vega; estudio preliminar de Lara Vilà; ediciones y notas de Lara Vilà, Marcela Londoño e Iván Teruel, Córdoba, Editorial Almuzara/Fundación Biblioteca de Literatura Universal, 2009, 1375 pp. ISBN 9788492573066.

Há quase seis décadas, Charles R. Boxer reuniu e analisou em *South China in the Sixteenth Century* três importantes narrativas de autores peninsulares que visitaram o Império Celeste no terceiro quartel de Quinhentos: *Algumas coisas sabidas da China*, também dito *Tratado* de Galiote Pereira, testemunho redigido na sequência de um cativo nas províncias chinesas de Fujian e Guangxi entre 1549 e 1552; o *Tratado em que se contam muito por extenso as coisas da China* do dominicano português frei Gaspar da Cruz (Évora, 1569-1570); e a *Relación verdadera de las cosas del reino de Taibin, por otro nombre China*, escrita pelo agostinho espanhol Martín de Rada após uma viagem das Filipinas ao Fujian, em 1575¹. Nessa colectânea preparada para a Hakluyt Society, Boxer jogou com dois critérios fundamentais. Por um lado, apresentar as três fontes nucleares que haviam sido manipuladas, directa ou indirectamente, pelo também agostinho espanhol Juan González de Mendoza para compor a *Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran reino de la China* (Roma, 1585), o primeiro *best-seller* sobre o mundo chinês e um dos mais influentes livros da proto-sinologia europeia dos séculos XVI e XVII. Por outro lado, tomar como referência algumas das primeiras traduções em língua inglesa de textos modernos relativos à China, tal como foi o caso do *Tratado* de Galiote Pereira, editado na *History of Travel* de Richard Willes, em 1577, e do livro de Gaspar da Cruz, que Samuel Purchas veio a integrar, em 1625 e em versão parcial, no livro I do volume III da antologia *Purchas his Pilgrimes*. Vale acrescentar que a *Historia de China* de González de Mendoza conheceu, cerca de um século antes, uma reedição assinada por George Thomas Staunton

¹ Charles R. BOXER, *South China in the Sixteenth Century*, London, Hakluyt Society, 1953.

e Richard Henry Major e baseada na tradução publicada por Robert Park em 1588². Vale também acrescentar que, no mesmo ano em que publicou *South China in the Sixteenth Century*, Boxer deu à estampa o texto português do *Tratado* de Galiote Pereira, sendo o respectivo estudo introdutório, assim como parte essencial das anotações, retomados na edição da Hakluyt Society³.

A hoje já clássica solução editorial proposta por Charles Boxer na sua colectânea de 1953 ocorre-nos de imediato à lembrança ao compulsarmos o conteúdo e os propósitos enunciados pelos editores de *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Ainda que a dívida para com o historiador inglês não seja confessa, dificilmente se pode evitar a associação com o seu livro, notando a reunião, num mesmo volume, de três dos mais importantes títulos que divulgaram em língua castelhana os conteúdos informativos sobre a China na transição do século XVI para o século XVII. De facto, neste *Viajes y crónicas de China*, uma equipa de filólogos da Universitat Autònoma de Barcelona e da Universitat de Girona, coordenada por Maria José Vega, introduz, transcreve em ortografia moderna e anota, sucessivamente, o *Discurso de la navegación que los Portugueses hacen a los reinos y provincias del Oriente, y de la noticia que se tiene de las grandezas del reino de la China* de frei Bernardino de Escalante (Sevilha, 1577), o texto parcial da *Historia del gran reino de la China* de Juan González de Mendoza e o texto integral da *Historia Oriental de las peregrinaciones de Fernán Méndez Pinto*, correspondente à tradução da *Peregrinação* de Mendes Pinto feita por Francisco de Herrera Maldonado, publicada pela primeira vez em Madrid em 1620. Acrescente-se que o *Discurso de la navegación a Oriente* de Escalante fora publicado pela mesma editorial andaluza em 2008, com estudo introdutório e notas assinadas por Lara Vilà Tomàs⁴, trabalho esse em boa medida recuperado para a edição que agora nos ocupa. Para um enquadramento mais geral deste projecto, anote-se também que, entre os mais recentes títulos divulgados pela colecção «Biblioteca de Literatura Universal», em que se insere *Viajes y crónicas de China*, se encontra *Los Lusíadas. Poésias. Prosas* de Luís de Camões, edição essa da obra camoniana introduzida por um longo ensaio da autoria de Helder Macedo⁵.

Lara Vilà assina o igualmente extenso estudo prévio de *Viajes y crónicas de China*, intitulado-o «Viajes y crónicas de Oriente en el siglo de los descubrimientos: China en el imaginario y en la política europea del quinientos». Dividida em oito pontos, esta introdução vem acrescida de uma bibliografia com as principais fontes e estudos críticos relativos à literatura histórico-geográfica sobre a China e a presença ibérica nos mares da Ásia no século XVI. Junta-se-lhe ainda uma cronologia sumária, disposta entre o início da *Pax Mongolica* c. 1240 (datação que remete para a garantia, inscrita por esses anos na *Pratica della mercatura* do florentino Francesco Balducci Pegolotti, de que a estrada de Tana ao

² Juan GONZÁLEZ DE MENDOZA, *The History of the great and mighty kingdom of China and the situation thereof. Compiled by the Padre Juan Gonzalez de Mendoza. And now reprinted from the early translation of R. Parke*, edited by Sir George T. Staunton, with an introduction by R. H. Major, 2 vols., London, Hakluyt Society, 1853-1854.

³ C. R. BOXER, «A Portuguese Account of South China in 1549-1552», *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Vol. 22, 1953, pp. 57-92.

⁴ Bernardino de ESCALANTE, *Navegación a Oriente y noticia del reino de la China*, edición, estudio introdutorio y notas de Lara Vilà, Córdoba, Editorial Almuzara/Fundación Biblioteca de Literatura Universal, 2008.

⁵ Luís Vaz de CAMÕES, *Los Lusíadas. Poésias. Prosas*, coordinación de Elena Losada Soler; introducción de Helder Macedo; traducción de «Los Lusíadas» de Benito Caldera; anotaciones a «Los Lusíadas» de Elena Losada Soler e Isabel Soler; traducción de la «Lírica» de Camões de Lamberto Gil; traducción y presentación de «Filodemo» y «Cartas» de Elena Losada Soler, Madrid/Córdoba, Espasa Calpe/Editorial Almuzara, 2007.

Cataio era segura dia e noite), e a edição, em 1615, da crónica da missão jesuíta da China de Matteo Ricci, traduzida e adaptada por Nicolas Trigault. Trata-se de um texto de fôlego, que busca sintetizar o demorado processo de construção da imagem da China na Europa, conferindo os escritos mais representativos e ensaiando sínteses sobre a evolução dos respectivos modelos de representação – em particular, sobre aqueles que se terão individualizado ao longo do século XVI e ajudam a justificar a apresentação conjunta de textos em vários sentidos tão distintos como os de Escalante, González de Mendoza e Mendes Pinto.

No primeiro ponto da sua introdução, Vilà recupera as aquisições do Ocidente euro-mediterrânico dos períodos clássico e medieval sobre os espaços do Oriente. São destacadas as novidades sobre a China que os inquiridos desencadeados por viajantes como Giovanni da Pian del Carpine, Willem van Ruysbroek, Marco Polo ou Odorico da Pordenone sobrepueram às vagas geografias asiáticas do Preste João ou de São Tomé, mas cujo legado se cristalizaria naquela imagem por demais idealizada de um império inacessível que o século XVI europeu recebeu em herança (pp. XIII-XXIV). No ponto seguinte, é sumariada a expansão portuguesa pelos mares da Ásia e a disputa luso-castelhana pelo assentamento das respectivas zonas de influência no Atlântico e na margem oriental do Pacífico, até aos primeiros desembarques portugueses nas costas chinesas, em 1513-1514 (pp. XXV-XXX). A crónica político-diplomática descrita por Vilà é escorreita, se bem que destoe a referência insistente à «Escola de Sagres» e a recriação novelesca da figura do Infante D. Henrique rodeado de cosmógrafos, instrumentos e obras científicas no seu promontório inóspito, fidelíssima à melhor tradição da leitura apologética e heróica da empresa dos Descobrimentos cultivada pelo discurso historiográfico português dos séculos XVIII e XIX (Francisco José Freire, António Ribeiro dos Santos, cardeal Saraiva...), entre a interiorização de um demorado processo de decadência e a invenção programática de uma lenda que a resgatasse.

Os terceiro e quarto pontos deste estudo introdutório estão centrados na apresentação das primeiras notícias sobre o Oriente e a China difundidas em Portugal – ou a partir de Portugal e das suas redes ultramarinas – entre o início do século XVI e o início da década de 1570, quando se publica o *Tratado* de frei Gaspar de Cruz. No essencial, Lara Vilà fá-lo recorrendo, alternadamente, aos estudos que Charles Boxer e Donald F. Lach dedicaram à produção e circulação de informações relativas a estes objectos na Europa moderna⁶, assim como à bibliografia de referência assinada por investigadores portugueses desde a edição da *Suma Oriental* de Tomé Pires preparada por Armando Cortesão em 1944⁷. Também não esquece a antologia anotada de fontes relativas aos contactos portugueses com a China que Raffaella D'Intino publicou em 1989, reunindo e retomando estudos parcelares sobre algumas dessas mesmas fontes publicados desde o início do século XX por investigadores como Donald Ferguson, Ernst Arthur Voretzsch, T'ien-tsê Chang (Tianze Zhang), Albert Kammerer, George Le Gentil, José Maria Braga ou Georg Schurhammer, para além de Boxer e A. Cortesão⁸. Apesar da abrangência das leituras e do inegável esforço de actualização, entre a mais recente bibliografia aqui consultada registamos a ausência da versão impressa da tese de doutoramento que Rui Manuel Loureiro dedicou à presença da China na cultura portuguesa do século XVI, pesquisa central para estas maté-

⁶ Donald F. LACH, *Asia in the Making of Europe*, 4 vols., Chicago, The University of Chicago Press, 1965-1970; Donald F. LACH, *China in the eyes of Europe. The Sixteenth Century*, Chicago/London, The University of Chicago Press, 1968.

⁷ Armando CORTESÃO, *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues*, 2 vols., London, Hakluyt Society, 1944.

⁸ *Enformação das cousas da China. Textos do século XVI*, introdução e leitura da Raffaella D'Intino, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

rias publicada em 2000⁹. Tal lacuna é tanto mais surpreendente quanto Vilà manuseia os principais trabalhos de edição de fontes sobre a China preparados por Loureiro ao longo das duas últimas décadas.

A reconstituição aqui proposta do pioneiro noticiário português sobre a China, com a identificação dos principais agentes responsáveis pela recolha, transmissão e divulgação em Portugal e na Europa desse saber, é feita com recurso a uma selecção de exemplos relativamente consensual: das cartas de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, sobre a navegação de Malaca à China, remetidas a partir de 1512, às sínteses geoantropológicas de Duarte Barbosa e Tomé Pires; das chamadas cartas dos cativos de Cantão (1534-1536), Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, ao *Tratado* de Galiote Pereira; dos capítulos competentes das crónicas de Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, ao referido livro de frei Gaspar. O essencial dos respectivos conteúdos informativos – assim como alguns detalhes sobre o jogo intertextual que se conhece bem existir entre narrativas como as de Galiote e Cruz, por exemplo – é apresentado lado a lado com uma listagem razoavelmente exaustiva da correspondência mercantil e diplomática, assim como das relações de viagem, crónicas régias, textos de matéria médica ou das escassas obras de carácter doutrinário que fizeram ecoar para públicos muito diversos os dados sobre o distante mundo chinês que a Europa foi acumulando neste período (pp. XXX-LVIII).

Em todo este seu exercício de síntese, Lara Vilà insiste em associar a aparente falta de visibilidade dos tópicos chineses ao condicionalismo imposto por uma persistente *política de sigilo* praticada pela Coroa portuguesa. Fazendo-o, volta a transpor para este objecto específico uma interpretação que fez escola numa certa historiografia da expansão portuguesa, a qual, desde logo, tanto carece de demonstração objectiva para outras tipologias que não aquelas estritamente técnicas (cartas de marear, livros de marinharia e afins), como desvaloriza a importância da circulação em manuscrito, que se sabe ter sido um veículo determinante durante as primeiras décadas do século XVI para os conteúdos em análise¹⁰.

Da leitura destas páginas, comentamos apenas mais duas interpretações seguidas pela autora. Por um lado, aquela que a faz ver na edição lisboeta do *Livro de Marco Paulo*, concretizada por Valentim Fernandes em 1502, os mesmos propósitos de propaganda régia explícitos nas missivas coevas de D. Manuel ao papa e a monarcas europeus, trazendo o relato oficial das descobertas e as perspectivas comerciais e religiosas abertas a Oriente (p. XXXI). Ora, sendo certo que essa obra também promove o prestígio de um monarca que esboça um desígnio imperial¹¹, não podemos deixar de observar o desajuste efectivo que existe entre a equação essencialmente livresca oferecida pelo editor morávio de Marco Polo e o que então já circulava nos meios mercantis portugueses ou italianos sobre a Ásia marítima. Por outro lado, na listagem das fontes principais e secundárias que nos oferece – e que acima sumariámos –, Vilà declina a apresentação da generalidade das fontes produzidas no âmbito da acção missionária da Companhia de Jesus (p. XLII, n. 51).

⁹ Rui Manuel LOUREIRO, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.

¹⁰ Ver R. M. LOUREIRO, op. cit., pp. 446-447; Francisco Roque de OLIVEIRA, *A construção do conhecimento europeu sobre a China. Impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*, tese de doutoramento, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, pp. 303-306. [Consultado a 29/12/2012.] Disponível em <http://ddd.uab.cat/pub/tesis/2003/tdx-1222103-160816/tdx.html>

¹¹ Ver José da Silva HORTA, «O *Marco Paulo* (1502) de Valentim Fernandes: a representação dos povos não-cristãos na construção de uma imagem do poder manuelino», in Maria Adalina Amorim, Maria José Craveiro e Maria Lúcia Garcia Marques (coord.), *Homo viator: estudos de homenagem a Fernando Cristóvão*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 109-134 (116-118).

Neste caso, trata-se de uma opção particularmente problemática, dadas não apenas a importância e a repercussão dos materiais jesuítas sobre a China a partir da década de 1540, mas também, mais uma vez, a extensão do diálogo intertextual que estas mesmas fontes mantiveram, desde esse momento, com boa parte das demais fontes que versaram os assuntos chineses, fossem elas laicas ou vindas de outros âmbitos missionários.

O quinto ponto da explanação introdutória de *Viajes y crónicas de China* sintetiza a aí designada «visão espanhola» da China, produto da recolha sistemática de informações sobre o império Ming que os agentes espanhóis em Castela, no México e nas Filipinas desencadearam na sequência da fixação dos homens de Miguel López de Legazpi nesse arquipélago, a partir de meados da década de 1560, assim como do novo cenário geopolítico que a união das Coroas peninsulares veio criar na Ásia depois de 1580. A relação destas notícias está longe de ser exaustiva, mas não só consegue assinalar os principais documentos, como evidenciar a sua tipologia muito diversa: do reconhecimento dos litorais de Fuzhou a Cantão, feito por Andrés de Mirandaola, em 1569, à *Relación* de Martín de Larca, passando pela *Verdadera relación de la grandeza del reino de China* de Miguel de Larca, texto de 1575-1576 até certo ponto sobreponível ao de Rada e que, tal como este ou o *Tratado* de Gaspar de Cruz, veio a constituir uma das fontes principais utilizadas por González de Mendoza para a composição da sua *Historia de China*. Em todo este processo, Vilà destaca o relevo que a preparação e difusão de textos sobre a China e a Ásia Oriental conheceram nos meios espanhóis da década de 1580, a começar pela ressonância internacional conseguida por González de Mendoza a partir do caminho aberto por Bernardino de Escalante, em 1577. Associa ainda a esta conjuntura a publicação – tardia – da obra de Fernão Mendes Pinto, ressaltando que a respectiva redacção acontecera bastante antes da primeira edição, em 1614 (pp. LVIII-LXIV).

Nesta leitura, adquire especial significado a tese segundo a qual os textos de Bernardino de Escalante, Juan González de Mendoza e do próprio Fernão Mendes Pinto constituem, simultaneamente, o ponto de confluência e o patamar de divulgação em larga escala do vasto cabedal informativo de procedência portuguesa sobre a China, saber esse que, mercê das contingências do segredo de Estado que atrás comentámos, até então haveria permanecido oculto à generalidade dos leitores europeus. Com isto vem ainda a ideia – diga-se que muito mais comum no domínio dos estudos literários do que na historiografia¹² – de que essa China recuperada das fontes ou dos circuitos portugueses de comunicação noticiosa correspondia a uma visão utópica e maravilhosa do país, presa ao longo de todas essas décadas à herança de Marco Polo, pese embora o conhecimento directo do terreno no qual assentava o corpo substantivo do legado luso. Assim sendo, as obras de Escalante ou González de Mendoza mais não tinham feito que fixar um «paradigma ibérico» de leitura do Oriente e do mundo chinês, o qual, com os seus resquícios de medievalidade, cedo cederia passo ao paradigma «más real y menos idealista» das fontes jesuítas, progressivamente configurado ao longo das últimas décadas do século XVI em escritos como a *Historia del principio y progreso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales* de Alessandro Valignano (1583) ou a própria história da missão da China de Matteo Ricci. A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, conclui-se, como que encerra o

¹² Ver, *inter alia*, Raffaella D'INTINO, «A utopia chinesa de Fernão Mendes Pinto», *Oceanos*, n.º 7, 1991, pp. 67-71; Raffaella D'INTINO, «A imagem da China nas informações portuguesas do século XVI», *Oceanos*, n.º 14, 1993, pp. 28-30; Ana Paula LABORINHO, «China: maravilhoso e utopia nos relatos dos viajantes portugueses quinhentistas», in Ana Teresa Falcão, Maria Teresa Nascimento e Maria Luísa Leal (org.), *Literatura de viagem: narrativa, história, mito*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 169-183. Cf. João Carlos Firmino Andrade de CARVALHO, «Da retórica como máquina de prodígios», in João Carlos Carvalho e Ana Alexandra Carvalho (coord.), *Retóricas*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, pp. 85-159 (130-131).

exercício de síntese «más libresco o textual» oferecido por Escalante e González de Mendoza, se bem que o livro de Mendes Pinto aparente assentar – crê ainda Vilà – sobre uma experiência de viagem que qualquer destes dois autores espanhóis teria compensado com recurso à leitura de textos alheios (pp. LVII-LVIII, LXIV-LXVI).

Sabemos que boa parte desta arrumação das notícias quinhentistas sobre a terra e a gente da China segue de muito perto outras propostas de leitura, a mais recente das quais pela mão de Manel Ollé¹³ – autor que Lara Vilà demonstra haver adoptado uma e outra vez. É possível que o arranjo esquemático de uma obra tão influente como a de Donald Lach, tratando em três capítulos separados os materiais portugueses anteriores a 1550, o livro de González de Mendoza e as suas fontes e, finalmente, os escritos dos jesuítas, tenha ajudado a fixar esta interpretação¹⁴. Por outro lado, é também conhecido o lastro de toda uma plêiade de historiadores – sobretudo anglo-saxónicos – que teimaram em considerar que nada de importante se tinha publicado na Europa sobre a China entre o relato de Marco Polo e o de González de Mendoza¹⁵. Mas, seja de onde for que venha a influência mais ou menos remota para esta proposta de distribuição dos textos, importará desde já matizar os aspectos que atrás salientámos da síntese ensaiada por Vilà.

Em primeiro lugar, a generalidade da heterogénea literatura sobre a China acumulada nos meios portugueses desde o início do século XVI destaca-se pela referida dimensão empírica e pela concomitante desatenção às referências livrescas, o que quer dizer que mesmo o mais laudatório dos retratos de uma alteridade como a chinesa – que, de resto, também não foram unânimes – encontra demasiados problemas em ser associado às prerrogativas do género utópico ou aos cânones dos *Mirabilia*¹⁶. Em segundo lugar, a clivagem proposta entre um paradigma «utópico» (ibérico) e um paradigma «realista» (jesuíta) não resiste demasiado a uma efectiva análise intertextual: apenas a título de exemplo, tomem-se os conteúdos chineses da citada *Historia del principio y progreso* de Valignano e veja-se como é profundo aí o diálogo com as fontes portuguesas não jesuítas que a precederam¹⁷. Isto, pensamos, vem confirmar o que já dissemos sobre a profunda imbricação de todos estes discursos, ao mesmo tempo que baralha qualquer ideia que se possa ter sobre a suposta auto-suficiência informativa de uma categoria isolada de agentes de escrita. Finalmente, julgamos estar demonstrado que os capítulos da *Peregrinação* nos quais Fernão Mendes Pinto encerrou a descrição da geografia, das instituições e dos costumes da China correspondem, no essencial, à manipulação extensiva de um reduzido número de fontes portuguesas, o que faz da sua viagem pelo interior desse país pouco mais do que uma genial ficção¹⁸. Assim sendo – e ao invés do que Vilà sugere –, a autoridade de peregrino

¹³ Manel OLLÉ, *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000, pp. 67-75; Id., «La imagen española de China en el siglo XVI», in Carlos Martínez-Shaw e Marina Alfonso Mola (ed.), *La ruta española a China*, Madrid, Ediciones El Viso, 2007, pp. 81-96; Id., «The Jesuit portrayals of China between 1583-1590», *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Vol. 16, 2008, pp. 45-57 (47-48).

¹⁴ Ver, *inter alia*, D. F. LACH, *China in the eyes of Europe*, pp. 730 e ss.

¹⁵ Ver C. R. BOXER, *South China*, pp. LXIII-LXIV.

¹⁶ Ver Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar – séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 585-587; R. M. LOUREIRO, op. cit., pp. 666-667; F. R. de OLIVEIRA, *A construção*, cit., p. 808.

¹⁷ Ver F. R. de OLIVEIRA, *A construção*, cit., pp. 953-966.

¹⁸ Ver R. M. LOUREIRO, op. cit., pp. 656-668; F. R. de OLIVEIRA, «Viagem ao trono do mundo. Inquérito sobre as fontes escritas e cartográficas da pretensa peregrinação de Fernão Mendes Pinto através da China em 1542-1544», *Zhongguo Yanjiu – Revista Portuguesa de Estudos Chineses*, Vol. 1, n.º 2, 2007, pp. 225-264.

reclamada por Fernão Mendes será o último dos argumentos fiáveis para distinguir a sua prosa daquela China de gabinete composta por Escalante e González de Mendoza.

Nos derradeiros três pontos da sua introdução, Lara Vilà aborda, sucessivamente, os contextos de publicação dos livros de Bernardino de Escalante e Juan González de Mendoza, assim como da tradução espanhola da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Lembrando a flagrante dependência de fontes portuguesas detectável quer no *Discurso de la navegación a Oriente*, quer na *Historia del gran reino de la China*, reafirma o seu juízo sobre as perspectivas que tal movimento editorial franqueou para a difusão em larga escala da importante tradição de textos sobre a Ásia Oriental de proveniência portuguesa. Reafirma também a perspectiva que acabámos de comentar segundo a qual aqui se cristalizou uma visão utópica ou idealizante do Oriente e da China, cujo remate Vilà encontra no presumível reflexo da própria obra de Marco Polo – com a sua China de maravilha – na *Peregrinação* (pp. LXXI, LXV, LXXX-LXXXI).

À parte esta questão de fundo, a restante leitura cumpre de forma cabal a função de introduzir a colectânea. Nesse sentido, são relativamente marginais pequenas falhas detectadas, como é o caso, por exemplo, do reconhecimento da dívida que a suposta carta ou *Relación* da China endereçada pelo capitão Diego de Artiela a Felipe II em 1573 – e integrada no livro de Escalante – tem para com João de Barros (pp. LXX-LXXI). Apesar de tudo, o mesmo pode ser dito sobre a ausência de uma referência mais clara ao peso que os projectos arquitectados nesses anos pelos vários poderes de Manila para a conquista espiritual e militar da China tiveram na preparação da *Historia* de Juan González de Mendoza (p. LXXII). Contudo, não podemos evitar uma nota de estranheza: certamente por lapso, mas, em todo o caso, ao invés do que deveria ocorrer, não encontramos creditados os dois principais estudos de investigadores portugueses que, de modo directo ou indirecto, tanto sustentaram o ponto em que Vilà anota o teor do livro de González de Mendoza e a selecção de conteúdos que este operou a partir dos textos que teve ao seu dispor, como a síntese que nos dá do arranjo interno da *Peregrinação*, da biografia de Fernão Mendes Pinto, da tipologia da sua obra ou das fontes que manuseou para a composição dos capítulos sobre a China (pp. LXXIV-LXXXI)¹⁹. Uma vez que pelo menos uma dessas duas investigações vinha sendo citada para amparar as observações dos pontos anteriores sobre a generalidade das fontes portuguesas que fizeram a reportagem da China até ao *Tratado* de Gaspar da Cruz, mais surpreende este esquecimento quando os objectos de análise são as obras de González de Mendoza e Mendes Pinto.

Como começámos por dizer, a anotação do *Discurso de la navegación* de frei Bernardino de Escalante incluída em *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro* retoma o trabalho que Lara Vilà preparara para a edição autónoma deste mesmo título, no ano anterior. Com as suas quase duas centenas e meia de notas, cumpre os requisitos essenciais da anotação deste tipo de textos para um público diversificado, focado no esclarecimento da toponímia e antroponímia, sem esquecer a contextualização histórica das passagens mais

¹⁹ Ver João David PINTO-CORREIA, «Fernão Mendes Pinto e o seu contributo para a cultura e a literatura portuguesa», in João Medina (org.), *História de Portugal*, Vol. 4, Amadora, Ediclube, 1994, pp. 349-372 (357-358); F. R. de OLIVEIRA, *A construção*, cit., pp. 857-886, 910-911, 1310-1316 e 1318. Ver também João David PINTO-CORREIA, *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto – Apresentação crítica, antologia e sugestões para análise literária*, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2002, pp. 53-58; F. R. de OLIVEIRA, «Una especie de invisibilidad. Limitaciones de la divulgación internacional de la literatura de los Descubrimientos portugueses y el ejemplo del saber geográfico sobre la China», in Víctor Navarro Brotóns e William Eamon (ed.), *Más allá de la Leyenda Negra: España y la Revolución Científica*, Valencia, Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación «López Piñero»/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007, pp. 105-119 (112-119).

relevantes e a anotação de algumas das intertextualidades mais salientes, em particular no que respeita aos materiais tomados de empréstimo de João de Barros e Gaspar da Cruz. No conjunto, este exercício vem preencher uma lacuna flagrante no mercado editorial, considerando que qualquer das últimas reedições desta obra optara pela versão fac-similada da edição *princeps* de 1577 e acrescentara um muito reduzido número de anotações ao texto propriamente dito. Além de ter tido presente esses contributos anteriores devidos a Carlos Sanz²⁰ e Lourdes Díaz-Trechuelo²¹, Lara Vilà soube integrar as principais indagações sobre a figura e a obra de Escalante entretanto oferecidas, com destaque para aquelas dadas por José Luis Casado e Geoffrey Parker²² e Raquel Martín Polín²³. Para as importantes questões lexicais, além de uma dívida perene para com as anotações que Charles Boxer incluiu em *South China in the Sixteenth Century* ou para com o consagrado glossário *Hobson-Jobson*, destaca-se o aproveitamento de um estudo recente de José Ramón Carriazo Ruiz²⁴.

María José Vega assina a nota introdutória à *Historia del gran reino de la China* de Juan González de Mendoza, sendo que a respectiva tarefa de edição coube a Marcela Londoño Rendón, investigadora de quem há pouco tivemos um estudo sobre Francisco de Herrera Maldonado, facto que assinalamos aqui porquanto releva para a compreensão da confluência de interesses existente entre todos aqueles envolvidos na preparação deste tríptico²⁵. Foi tomada como referência a edição de Valência de 1585, que segue os moldes da edição *princeps* romana do mesmo ano, uma vez que o livro de González de Mendoza conheceu um segundo e definitivo formato a partir da edição de Madrid do ano seguinte. Esta opção é aceitável se se considerar que os editores da colectânea optaram por transcrever apenas a primeira (e a mais breve) das duas partes desta *Historia*, correspondente à sùmula geantropológica ou descrição geral do país, deixando de lado as três narrativas autónomas que compõem a segunda parte, a última das quais foi substancialmente ampliada a partir da edição de Madrid de 1586: o texto que trata da jornada chinesa de Martín de Rada, em 1575; o que descreve a viagem à China dos franciscanos Pedro de Alfaro e Agustín de Tordesillas, em 1579; e o que reformula a redacção do *Itinerário* da primeira volta ao mundo dada por Martín Ignácio de Loyola entre 1581 e 1584, onde se insere a descrição de uma viagem ao Fujian feita por este outro franciscano do *Patronato* em 1582. De qualquer modo, seria obrigatório alertar o leitor para o facto de se estar a oferecer uma versão parcial da *Historia del gran reino de la China*, o que não é feito nem na

²⁰ Carlos SANZ, «Introducción», in Bernardino de Escalante, *Primera historia de la China de Bernardino de Escalante. Sevilla, 1577*, Madrid, Librería General Victoriano Suárez, 1958, pp. XI-XXXIX.

²¹ Lourdes DÍAZ-TRECHUELO, «La obra de Bernardino de Escalante», in Bernardino de Escalante, *Discurso de la navegacion que los portugueses hacen à los Reinos y Provincias del Oriente, y de la noticia que se tiene de las grandezas del Reino de la China*, edición facsímil de la *princeps*, Salamanca, Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Laredo, 1991, pp. 13-55.

²² José Luis CASADO SOTO y Geoffrey PARKER, «Bernardino de Escalante y su obra», in Bernardino de Escalante, *Diálogos del Arte Militar*, Salamanca, Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Laredo, 1992, pp. 7-27.

²³ Raquel MARTÍN POLÍN, «Estudio preliminar», in Bernardino de Escalante, *Diálogos del Arte Militar*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2002, pp. 23-76.

²⁴ José Ramón CARRIAZO RUIZ, «Bernardino de Escalante, *Discurso de la navegación...* (Sevilla, 1577): nota léxica», in Luis Santos Río et al. (ed.), *Palabras, normas, discurso: en memoria de Fernando Lázaro Carreter*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, pp. 239-246.

²⁵ Marcela LONDOÑO RENDÓN, «La biblioteca oriental de Francisco de Herrera Maldonado», *Studia Aurea*, Vol. 4, 2010, pp. 105-137.

introdução geral à antologia, nem sequer na nota específica à edição da obra de González de Mendoza.

A transcrição dos trechos seleccionados da *Historia del gran reino de la China* é pontuada por menos de meia centena de anotações, sobretudo toponímicas, cerca de metade das quais concentrada no primeiro dos seus três livros. Tal parcimónia traz consigo algumas opções surpreendentes, como a de atender à explicação sobre a ilha de Hainão, mas deixar em claro «Cansi», «Suntien», «Quinsay», «Taybím» ou «Chincheo». Mas, mais do que isso, não encontramos qualquer nota relevante dedicada à maior parte daquelas questões cujo esclarecimento se nos afigura essencial que tivesse sido feito, pensando no leitor não especialista, primeiro destinatário de uma edição modernizada como esta: por exemplo, tudo o que respeita às unidades de medida, peso ou capacidade chinesas, às designações provinciais, à hierarquia urbana, às cerimoniais religiosas, à história dinástica, ao governo imperial, ao funcionalismo público, ao sistema judicial, aos sistemas de escrita, ensino e exames, à tipologia das embarcações ou ao ritual das embaixadas. Percebe-se que muitas das escassas notas seguem os critérios da anterior edição modernizada desta *Historia*, dada na «Biblioteca de Viajeros Hispánicos» das Ediciones Miraguano-Polifemo, em 1990, mas que não se cita²⁶. Seja como for, o resultado é por demais insuficiente e contrasta com o trabalho prévio dedicado ao livro de Bernardino de Escalante. Esta falta de anotação satisfatória é tanto mais de estranhar quanto existem competentes edições anotadas de qualquer uma das duas principais fontes explícitas desta primeira parte da *Historia* de González de Mendoza – os livros de Gaspar da Cruz e Martín de Rada²⁷. A exemplo do que foi feito para as anotações do livro de Bernardino de Escalante, estas facilmente poderiam ter sido aproveitadas para aqui, tal como o deveria ter sido algum dos vários glossários, dicionários e enciclopédias de referência sobre os costumes da China tradicional²⁸.

A extensão e o conteúdo incomparável da *Peregrinação* de Fernão Mendes fazem necessariamente da edição da versão espanhola deste livro oferecida em *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro* a parte mais preciosa de todo o projecto editorial. Iván Teruel Cáceres introduz, transcreve e anota a tradução de Francisco de Herrera Maldonado que sustentou o notável sucesso editorial que a obra de Mendes Pinto conseguiu um pouco por toda a Europa ao longo dos séculos XVII e XVIII. É tomada como referência uma das seis edições espanholas de Seiscentos, publicada em Valência por Bernardo Nogués, em 1645. Boa parte das notas de rodapé reserva-se para a identificação das principais diferenças existentes entre a edição *princeps* portuguesa de 1614 e o texto traduzido – melhor dito, recriado – pelo cónego Herrera Maldonado. As demais anotações centram-se no esclarecimento de questões toponímicas e de algum do léxico exótico que corre ao longo do texto, num exercício que, no fundamental, sumariou a lição oferecida para estes casos na edição inglesa da *Peregrinação* publicada por Rebecca Catz, em 1989²⁹.

²⁶ J. GONZÁLEZ DE MENDOZA, *Historia del Gran Reino de la China*, Madrid, Miraguano Ediciones/Ediciones Polifemo, 1990.

²⁷ Além da edição de ambos os textos por Charles Boxer, em 1953, e da também referida edição do *Tratado* de frei Gaspar por Raffaella D'Intino, em 1989, veja-se: Frei Gaspar da CRUZ, *Tratado das coisas da China (Évora, 1569-1570)*, introdução, modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Edições Cotovia, 1997 (reedição: Lisboa, Sociedade Editora de Livros de Bolso, 2010).

²⁸ Ver, *inter alia*, Jacques PIMPANEAU, *Chine, culture et tradition*, nouvelle édition revue, Arles, Editions Philippe Picquier, 2004.

²⁹ F. M. PINTO, *The Travels of Mendes Pinto*, edited and translated by Rebecca D. Catz, Chicago, University of Chicago Press, 1989.

Na sua nota introdutória, Teruel pormenoriza os critérios de regularização e modernização do texto que adoptou, marcando distância em relação à generalidade das opções ortográficas, de pontuação ou de transcrição de nomes próprios seguidas por José Agustín Mathieu, em 1982, na única edição moderna deste texto existente até ao momento³⁰. Na mesma oportunidade, analisa os mecanismos de adaptação e reelaboração da obra seguidos por Herrera Maldonado, para o que parte das pistas deixadas pelo próprio tradutor espanhol na célebre «Apología en favor de Fernán Méndez Pinto, y desta *Historia Oriental*» inserta como prólogo à edição de 1620. Qualquer destas duas frentes de leitura introduz novas e pertinentes achegas ao estudo do complexo produto literário servido por Francisco de Herrera Maldonado a partir do original de Fernão Mendes Pinto, ao mesmo tempo que, como se disse, não esquece o esclarecimento das regras seguidas para o tratamento do texto clássico (ao invés do que atrás sucedera com os livros de Escalante e González de Mendoza, transcritos sem o necessário preâmbulo filológico). Aproveitando uma observação deixada por Marcelino Menéndez y Pelayo e recuperada mais recentemente por Luisa Trías Folch³¹, Teruel evoca as coincidências que se registam entre os preceitos de tradução e o inconfundível estilo gongórico da versão que Herrera Maldonado deu dos *Diálogos morais* de Luciano de Samósata (Madrid, 1621) e o que o mesmo Herrera aplicou na *Peregrinação*. Em qualquer caso, nesta leitura introdutória nota-se desde logo a ausência de uma indicação essencial: a que diz respeito ao interesse específico pelas coisas chinesas que ocupou Herrera Maldonado na mesma altura em que traduziu Mendes Pinto, e manifestada através da edição do seu *Epítome historial del reino de la China* (Madrid, 1620). Por outro lado, na transcrição da obra propriamente dita, não entendemos a exclusão – aliás não explicada pelos editores – quer da apologia em favor de Mendes Pinto, quer da lista dos autores que escreveram sobre a Índia Oriental, a China e o Japão, correspondente ao longo apêndice com mais de 70 entradas compilado por Herrera e que, tal como a apologia, consta da generalidade das edições espanholas do século XVII da *Peregrinação*, incluindo as de 1620 e 1645³².

Como também dissemos, a maior parte das anotações introduzidas por Iván Teruel cobre a toponímia das deambulações de Mendes Pinto tratada por Rebecca Catz – ainda que também seja verdade que Teruel o faça sobretudo para a geografia mais facilmente reconhecível, omitindo a generalidade das conjecturas ensaiadas por Catz e pelos anteriores estudiosos desta obra para os (muitos) topónimos mais problemáticos. No trabalho de Teruel, nota-se ainda uma economia excessiva no esclarecimento da generalidade das vozes estrangeiras que ocorrem no texto, começando pelos orientalismos ou os pretensos orientalismos em que a prosa de Fernão Mendes é fértil. Numa colectânea que pretende destacar os conteúdos alusivos à China, mais surpreende esta prática ao longo dos 48 capítulos da *Peregrinação* que trazem a jornada terrestre do narrador através do império chinês e a síntese, em disfarçado jeito tratadístico, da natureza e da sociedade sínicas (*Peregrinação*, caps. LXXIX-CXXVII).

Aceitamos que uma anotação exaustiva da *Peregrinação* não coubesse nos propósitos editoriais de uma colectânea como esta. Para se obterem resultados inovadores, o nível de especialização requerido para a abordagem do texto integral de Mendes Pinto reclamaria o trabalho de uma equipa pluridisciplinar (e até internacional), à semelhança da

³⁰ F. M. PINTO, *Las peregrinaciones*, introducción y notas de José Agustín Mathieu, Madrid, Alfaguara, 1982.

³¹ Luisa TRÍAS FOLCH, *La Peregrinación, de Fernão Mendes Pinto*, Madrid, Editorial Síntesis, 2003, p. 54.

³² Ver Francisco Leite de FARIA, *As muitas edições da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1992, pp. 62-69; F. R. de OLIVEIRA, *A construção*, cit., pp. 939-941 e 1344-1348.

opção seguida na edição coordenada por Jorge Santos Alves e publicada já depois desta dirigida por María José Vega e confiada a Iván Teruel³³. Essa não tinha de ser a meta da presente edição, repetimos. Por outro lado, reconhecemos que os leitores de língua espanhola ganharam aqui uma edição bem mais fiável da versão de Herrera Maldonado – em bom rigor, ganharam duplamente, uma vez que se publicaram não apenas os capítulos da *Peregrinação* relativos à China, como até certo ponto seria de esperar à vista da drástica abreviação atrás imposta à *Historia* de Juan González de Mendoza, mas a obra integral de Fernão Mendes Pinto, com a vasta viagem de Alfama à ilha de Kyūshū e volta. No entanto, não deixa de ser paradoxal que não tenha sido feita uma anotação integrada dos conteúdos chineses dos livros de Mendes Pinto, González de Mendoza e Escalante. Já sabemos que esta tarefa até seria facilitada, atendendo ao uso que os três autores fizeram de um punhado de fontes comuns sobre a China de matriz portuguesa, a começar pelo *Tratado* de Gaspar de Cruz, também ele empregue e reempregue por Fernão Mendes para a sua elucubração chinesa. Essa coordenação das tarefas de edição de cada uma das três obras reunidas em *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro* teria tornado mais coerente o muito trabalho por certo despendido na preparação desta volumosa colectânea.

A influência global que a China alcançou neste início do século XXI explica, em grande medida, a redobrada atenção que os investigadores vêm dedicando aos agentes e às informações europeias que substituíram os paradigmas de percepção medieval dos confins orientais da Eurásia pela complexidade dos discursos proto-antropológicos e proto-sinológicos ensaiados no dealbar da época moderna. Para a concretização deste exercício, a indagação aprofundada das fontes ibéricas é tanto mais necessária quanto sabemos que o essencial da imagem renascentista da China assentou em fontes portuguesas e que estas, por seu turno, sustentam boa parte do conteúdo das obras escritas em castelhano que projectaram, para públicos mais amplos, esses primeiros registos noticiosos sobre o mundo chinês. Na perspectiva do contributo espanhol para este processo de difusão de conhecimentos, as súmulas monográficas de Bernardino de Escalante e Juan González de Mendoza adquirem uma importância equivalente àquela que tem o *Tratado* de frei Gaspar da Cruz, seu discreto precursor português³⁴. Daí que faça todo o sentido agrupá-las numa colectânea como esta, tal como se entende que esta selecção tenha sido alargada de modo a incluir a ficção de Fernão Mendes Pinto, traduzida e sancionada por Francisco de Herrera Maldonado como matéria verídica nessa época em que a Espanha – ou uma certa Espanha – sonhou o seu próprio projecto asiático. Charles R. Boxer, na obra pioneira em que reuniu algumas das primeiras narrativas portuguesas e espanholas quinhentistas sobre a China, e que começámos por referir, deixou um exemplo que subsiste para quem se entusiasma em dar a conhecer esta riquíssima herança informativa. *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro* ensaiou replicar a fórmula, o que é arrojado e se saúda. A nosso ver, faltou-lhe sobretudo um trabalho editorial que tanto tivesse harmonizado o tratamento dos três textos seleccionados, como incluído contributos não circunscritos ao domínio dos estudos literários, começando por uma sólida base sinológica, tal como o tema escolhido reclamava.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA
(Centro de Estudos Geográficos,
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território,
Universidade de Lisboa)

³³ F. M. PINTO, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrination: studies, restored Portuguese text, notes and indexes*, directed by Jorge Santos Alves, 4 vols., Lisboa, Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

³⁴ Ver, *inter alia*, M. OLLÉ, «La imagen española», p. 92.